

Da cópia à criação: as implicações da materialidade dos meios no modelo autoral presente nos discursos de Foucault e Maingueneau¹

Maria Roseane de Oliveira Cavalcanti²

Rodrigo Miranda Barbosa³

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

RESUMO

O artigo busca compreender as implicações da materialidade dos meios manuscrito e impresso na concepção de Foucault (2009) e Maingueneau (2010) de autor. Para isso, através de uma revisão bibliográfica, identifica apontamentos de uma acepção teórica de autoria no pensamento desses dois autores, em diálogo com o pensamento de Chartier (1998; 2012) que discute a autoria a partir de sua materialidade. Diante da revisão, conclui-se que a “função autor” de Foucault (2009) e o “*auctor*” Maingueneau (2010) só são possíveis de ser concebidos a partir do suporte material dos meios manuscrito e impresso.

PALAVRAS-CHAVE: autor; autoria; manuscrito; texto impresso; materialidade dos meios.

INTRODUÇÃO

A autoralidade, no campo teórico, é resultado de operações bastante complexas. No discurso contemporâneo, ela se inicia com a perspectiva de Foucault (2009) e sua criação da “função autor”. A partir de um viés categorizante, a “função autor” permite estipular exclusões e inclusões em um *corpus* e determinar quais discursos são providos ou não de autoria (Chartier, 2012, p. 28-29). Isso resulta na relação direta da autenticidade e da atribuição ao processo autoral, separando, assim, o discurso munido da “função autor” de uma simples palavra cotidiana (Foucault, 2009, p. 274; Maingueneau, 2010, p. 29).

Chartier (1998) acredita que é na concepção da “função autor” que Foucault (2009) faz uma descoberta imprescindível para compreender a autoria: o funcionamento de referência ou de atribuição, isto é, o processo de isolar um indivíduo presente no interior de uma série de textos, a quem é atribuído a “função autor”. Ainda segundo Chartier (1998), o esquema de atribuição de um texto a um indivíduo, que Foucault

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Teorias e Tecnologias da Comunicação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 24 a 26 de junho de 2025.

² Mestranda em Comunicação e Inovação Social e graduada em Comunicação Social pela UFPE-CAA, e-mail: roseane.cavalcanti@ufpe.br.

³ Doutor em Comunicação pela UnB e professor do Núcleo de Design e Comunicação da UFPE-CAA, e-mail: rodrigo.mbarbosa@ufpe.br.

(2009) e Maingueneau (2010) reconhecem como pressuposto fundamental da autoria, está presente nos textos desde a época medieval, com o surgimento do manuscrito.

Diante disso, com o intuito de identificar como a materialidade dos meios manuscrito e impresso implica nas concepções de Foucault (2009) e Maingueneau (2010) do sujeito autor, realizamos uma revisão bibliográfica, voltada para os discursos desses dois autores e de seus críticos, para identificar apontamentos da aceção teórica de autoralidade.

Assim sendo, esta pesquisa pretende contribuir para os debates em torno dos processos autorais, de modo a expandir as considerações voltadas à autoria e a suas relações com a materialidade dos meios de comunicação. Em vista disso, esboça uma síntese do debate em torno do autor, a partir de Foucault (2009), Maingueneau (2010). Por fim, estende-se sobre as implicações dos meios manuscrito e impresso na construção da autoralidade, ancorando-se nas contribuições de Chartier (1998; 2012), a fim de compreender, de fato, como elas operam nos discursos de Foucault (2009) e Maingueneau (2010) sobre autoria.

O SUJEITO AUTOR

O que é um autor?, conferência dada à Sociedade Francesa de Filosofia por Foucault (2009), originalmente em 1969, desponta muitas das discussões voltadas ao sujeito autor, no discurso teórico esboçado em torno da autoria. O que guia parte do texto da conferência é a declaração de Barthes (2004) que aproxima o autor de sua morte, publicada um ano antes do texto de Foucault (2009). É na “função autor” que ele tenta resgatar e examinar a relação do texto com o autor, que aparentava ter desaparecido, com o parentesco que Barthes (2004) apresenta da autoria com a morte.

Foucault (2009), assim como Maingueneau (2010), propõe o texto como indissociável da autoria. Para ambos, um texto implica uma unidade anterior a ele, que pode ser concretizada em um indivíduo, a partir do nome do autor, que assume uma função classificatória em um esquema de referenciação e responsabilização. Para Foucault (2009), é justamente a ideia de uma obra que anula a certeza do desaparecimento completo do autor. O autor surge, portanto, como um esquema de atribuição. Ele é o responsável por trazer unidade e coerência ao texto.

Nesse esquema, a “função autor” primeiro isola um indivíduo presente no interior de um texto, a quem é atribuído a “função autor”, e, em seguida, designa, dentre

uma série de textos, aqueles mais pertinentes para caracterizar sua posição de autor, isto é, constrói um *corpus* (Chartier, 1998, p. 36).

A “função autor” surge de uma série de operações complexas que se deslocam de acordo com a cultura, o momento histórico e os tipos de discurso (Foucault, 2009, p. 277). No entanto, de acordo com Chartier (1998), é possível encontrar um invariante nas regras de construção da “função autor”, atrelado ao processo de designação de nome e de responsabilidade. Essa constante autoral, identificada por Chartier (1998), é justamente a *função categorizante* que estipula quem é esse indivíduo atribuído de uma “função autor”. É ela que vai identificar os textos a partir de um funcionamento inteiramente específico: o nome do autor (Chartier, 1998). Ou seja, é através da atribuição (ou função categorizante) que podemos encontrar a autoria em um texto. Autoria essa que é atribuída a um indivíduo.

Diante desse contexto, autores como Foucault (2009) e Maingueneau (2010) atribuem o surgimento da autoria a um processo de individualização. Maingueneau (2010), ao discutir o processo de atribuição, herda da associação de Foucault (2009) da autoria à punição por transgressão, o pensamento de que a causa do enunciado, sua atribuição de origem, está justamente nesse sujeito que se responsabilizará pela enunciação, em uma dimensão ética do discurso, e que não está, impreterivelmente, ligado a um indivíduo real, mas, com frequência, individual. Isto é, Maingueneau (2010, p. 28) estipula que a ideia de uma responsabilidade compartilhada, como é o caso da conversação, abomina a atribuição de autoria. Entretanto, defende que o autor é uma instância que enuncia e, do ponto de vista discursivo, pode ser uma entidade e não necessariamente um indivíduo real, dotado de um estado civil.

Sendo assim, para Maingueneau (2010), pode-se assimilar três dimensões de autoria, que o linguista categoriza de três maneiras distintas: o “autor-responsável”, o “autor-ator” e o “*auctor*”. O “autor-responsável” é aquele que responde a um texto. Ele corresponde a um *status* historicamente variável e não necessariamente está atrelado ao campo literário. Já o “autor-ator” está vinculado diretamente à atividade de produção de textos. Ele goza de um *status* social que se origina no gerenciamento de uma carreira. No entanto, essa carreira não trata necessariamente de uma profissão. O “*auctor*” trata da dimensão de autoria mais discutida por Maingueneau (2010). Ela se refere ao autor enquanto correlato de uma obra, isto é, é aquele o qual está associado a um *Opus*: uma

obra particularmente original e que tenha chamado atenção. Maingueneau (2010) sugere ainda que um *Opus* pode ser um conjunto de textos ou uma obra única, contanto que seja uma fonte de "autoridade" e que, de alguma forma, tenha feito reverberar um discurso crítico expressivo.

Foucault (2009) e Maingueneau (2010) constroem esse sujeito autor como uma função classificatória, baseada em um criador original, que nasce com a individualização e a possibilidade de punição. De modo crítico ao pensamento de Foucault (2009), Chartier (1998; 2012) aponta que a genealogia da “função autor” possui uma duração histórica muito mais expressiva que a sugerida pelo filósofo, que pode ser observada através da materialidade dos textos.

O SUPORTE MATERIAL DO TEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA AUTORIA

Da oralidade para o manuscrito e do manuscrito para o meio impresso, o texto é atravessado por uma série de transformações materiais que implicam modos distintos de se relacionar com ele. Ao analisar um desses cenários, a transição da oralidade para o letramento, Havelock (1986, p. 24) propõe que o letramento, do texto escrito, reestrutura a língua falada, fazendo com que uma cultura oral e uma cultura letrada evoquem modos de consciência diferentes. De modo semelhante, McLuhan (1972, p. 14) aponta que os ambientes tecnológicos não são passivos, eles implicam uma série de remodelações.

Quando introduzida ao campo textual, a compreensão das possibilidades de estruturação dos textos, pertinentes aos meios, oferece uma perspectiva interessante de se analisar as transformações intelectuais que perpassam o texto. Uma dessas transformações está no próprio conceito de autoria. No campo etimológico, ainda que a autoria fosse associada à criação, como é hoje, em seus usos primordiais ela implicava uma cópia, uma decifração, não uma composição original. De acordo com Chartier (2012, p. 58), a palavra “autor”, “escritor” e “inventor” só vão adquirir o significado de expressão de individualidade original a partir do século XVI, no discurso teórico e na censura exercida pelo Estado e pela Igreja, casos marcados fortemente pelas novas implicações trazidas pela prensa de tipos móveis (Chartier, 1998, p. 53).

A aproximação da autoria da criação original se enfatizou com os debates relacionados aos privilégios dos livreiros e ao direito de autor, despontados também pela prensa e seus desdobramentos comerciais e jurídicos. Com o intuito de defender a

perpetuidade de seus privilégios, os livreiros londrinos se apropriaram do discurso do autor como indivíduo criador e o texto como uma criação original. Essa perspectiva surge na Inglaterra, mas se radicaliza na corrente alemã, que distingue a obra de uma invenção mecânica e a defende como resultado de um processo investido de originalidade estética (Chartier, 1998, p. 41-42). É desse novo discurso teórico que nasce as marcas fundamentais da “função autor” de Foucault (2009): o autor como o princípio da unidade de escrita (Chartier, 1998, p. 42).

Na concepção de autores que estudam esse aspecto da modernidade, esse novo sistema literário baseado no autor e na sua afirmação é algo que só a tipografia poderia tornar possível (Chartier, 1998, p. 45). Contudo, essa relação do autor com o texto, e sua associação com uma função categorizante, pode ser mais antiga (Chartier, 1998). É possível observar isso a partir da visualidade e organização estrutural dos livros manuscritos, que vai se estender em alguns níveis para o livro impresso e ser enfatizada por sua nova estrutura, materializada na apresentação tipográfica. As relações entre a visualidade do texto e o autor podem ser observadas no pensamento de Chartier (1998) em três aspectos: na estrutura da folha de rosto, no uso do retrato do autor e no controle do autor sobre a estrutura do texto.

Na folha de rosto o texto se unifica na figura do autor, exercendo a função de garantir a coerência do discurso, que para Chartier (1998, p. 48) é primordial à autoria. O retrato do autor, por sua vez, é responsável por tornar imediatamente visível a atribuição do texto a um eu singular. Já o controle do próprio autor sobre as formas de produção de edição de seu texto pode ser observado de diversas formas: na escolha dos tipos de papel ou de pranchas e muitas vezes no formato de publicação (Chartier, 1998).

Tal intenção, todavia, não nasce com a imprensa. Francesco Petrarca, poeta italiano do século XIV, propôs uma fórmula para assegurar o domínio do autor sobre a obra e impedir a corrupção dos textos, resultante da separação do trabalho entre autor e copista. Essa tentativa de fixação e controle do texto pelo autor, concebida por Petrarca, foi marginal no contexto manuscrito de sua época, mas ele conseguiu prever a emergência de uma das expressões da “função autor”, a possibilidade de identificar marcas da intenção do autor na estrutura do livro (Chartier, 1998, p. 55).

Diante disso, Chartier (1998) considera pertinente afirmar que o autor como unificador e estruturador da obra está presente desde antes do livro impresso e pode ser

observado em diversas manifestações do manuscrito. Ou seja, a autoria pode ser observada no manuscrito, mas só vai ganhar notoriedade — ao ponto da palavra autoria pressupor um texto impresso (Chartier, 1998, p. 45) — com a prensa de tipos móveis. É na visualidade do suporte material do manuscrito que se encontram marcas que apontam para a germinação de uma cultura de autor que vai ser enfatizada e reforçada no meio impresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “função autor” de Foucault (2009) foi pensada na tentativa de resgatar a relação entre autor e texto, que parecia ter desaparecido com o parentesco de Barthes (2004) da escrita com a morte. Ela aponta para um esquema complexo de atribuição e referenciação, que organiza um *corpus* em torno de um indivíduo criador e passível de punição, presente também no discurso de Maingueneau (2010).

Em uma visão crítica, com o intuito de compreender e expandir as considerações de Foucault (2009) sobre autoria, Chartier (1998; 2012) propõe que a “função autor” está inscrita nos próprios livros, levando em conta a materialidade dos meios de comunicação, algo não antevisto por Foucault (2009). As considerações de Chartier (1998; 2012) parecem apontar que a concepção de autor, na perspectiva de Foucault (2009), e consequentemente de Maingueneau (2010), só é possível de ser pensada através das possibilidades ofertadas pelas possibilidades visuais e organizacionais dos meios manuscrito e impresso.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R.. A morte do autor. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57-64.
- CHARTIER, R.. **A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CHARTIER, R.. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFScar, 2012.
- FOUCAULT, M.. O que é um autor? In: FOUCAULT, M.. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-296.
- HAVELOCK, E. A.. **The Muse Learns to Write: Reflections on Orality and Literacy from Antiquity to the Present**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MAINGUENEAU, D.. A noção de autor em análise do discurso. In: MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 25-47.
- MCLUHAN, M.. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.